



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDUARDA RAYANNE MELO MARQUES

**POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS
NEGRAS EM BRAGANÇA (PA)**

BRAGANÇA (PA)

2025

EDUARDA RAYANNE MELO MARQUES

**POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS
NEGRAS EM BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado na forma de artigo científico ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança (CBRAG), Faculdade de Educação (FACED), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Me. Antonio Matheus do Rosário Corrêa

BRAGANÇA (PA)

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M357p Marques, Eduarda Rayanne Melo.
Política Municipal de Educação Infantil para as Crianças
Negras em Bragança (PA) / Eduarda Rayanne Melo
Marques. — 2025.
21 f.

Orientador(a): Prof. Me. Antonio Matheus do Rosário
Corrêa
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança,
Faculdade de Educação, Bragança, 2025.

1. Crianças Negras. 2. Educação Infantil. 3. Política
Educativa. I. Título.

CDD 372.21071

EDUARDA RAYANNE MELO MARQUES

**POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS
NEGRAS EM BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado na forma de artigo científico ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança (CBRAG), Faculdade de Educação (FACED), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Conceito: Bom (B)

Data: 10/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Presidente - Me. Antonio Matheus do Rosário Corrêa
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinadora interna - Dr.^a Ana Paula Vieira e Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Examinador interno – Me. Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me concedeu a graça, a força e a sabedoria necessárias para chegar até aqui, sem sua presença em minha vida, esse sonho não teria se realizado.

À minha família, que foi meu alicerce em todos os momentos dessa caminhada, ao meu filho Noah, minha maior motivação diária e razão pela qual nunca desisti, mesmo diante dos desafios, ao meu marido, Wellington Marques, pelo amor, paciência, incentivo e apoio incondicional em cada etapa desse processo, à minha mãe, Anadélia Padilha, que sempre zelou pela minha educação e nunca mediu esforços para me orientar no caminho dos estudos, garantindo que eu tivesse uma formação de qualidade, ao meu pai, Marcos Melo, que também esteve presente nessa trajetória, e à minha avó, Graça Silva, que com tanto carinho me apoiou, cuidando do meu bebê para que eu pudesse estudar e seguir em frente, à minha tia, professora Helena Cordeiro, pelo apoio constante ao longo desse percurso e de toda a minha trajetória educacional.

De modo muito especial, agradeço ao meu orientador, professor Antonio Matheus do Rosário Corrêa, pela dedicação, amizade, paciência e profissionalismo durante toda a construção deste trabalho. Sua orientação foi essencial para que esta pesquisa se tornasse realidade.

Aos professores da banca examinadora, Dr.^a Ana Paula Vieira e Souza e Me. Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz, pelas contribuições valiosas e pelo olhar atencioso na avaliação desta pesquisa.

À FAGED, espaço de formação que me proporcionou aprendizados, reflexões e experiências fundamentais para minha vida acadêmica e pessoal. Aos professores que estiveram presentes ao longo do curso, pelo compromisso, pelas trocas de conhecimento e pela contribuição essencial na minha formação profissional e acadêmica, cada um deixando marcas significativas na minha trajetória.

Ao meu grupo de amigas, companheiras de jornada, que foram fundamentais nesse processo, compartilhando angústias, conquistas e tantas trocas que tornaram essa caminhada mais leve e significativa. À minha turma de Pedagogia 2020, pela parceria, companheirismo e pelas trocas que marcaram essa etapa de forma única e especial. Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória, seja com uma palavra de incentivo, um gesto de cuidado ou simplesmente

acreditando em mim. Cada um deixou sua marca neste trabalho e na pessoa que me tornei ao longo dessa caminhada.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS NEGRAS EM BRAGANÇA (PA)

Eduarda Rayanne Melo Marques¹

Antonio Matheus do Rosário Corrêa²

RESUMO

Este trabalho discute sobre a Política Municipal de Educação Infantil para as crianças negras em Bragança (PA). O estudo se configura em abordagem qualitativa e aplicação de pesquisa documental na Resolução CMEB nº 08/2022 que institui as diretrizes político-pedagógicas e curriculares da Rede Municipal de Educação de Bragança, com posterior análises de enunciados discursivos a partir dos Gêneros do Discurso do Círculo de Mikhail Bakhtin. Os resultados apontam que, embora os documentos municipais apresentem avanços ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e ao inserir princípios da educação antirracista, ainda persistem silenciamentos em relação às especificidades das crianças negras; a Política Municipal de Educação Infantil vem incorporando de modo gradual enunciados que afirmam identidades, memórias e pertencimentos, alinhando-se às legislações nacionais e ressignificando às em diálogo com a realidade amazônica. Conclui-se que a efetivação de políticas educacionais emancipatórias para as crianças negras exige o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas, a valorização de saberes e culturas das infâncias negras e o compromisso ético-político com a educação antirracista.

Palavras-chave: Crianças Negras; Educação Infantil; Política Educacional.

ABSTRACT

This work discusses the Municipal Policy for Early Childhood Education for Black children in Bragança (PA). The study employs a qualitative approach and applies documentary research to CMEB Resolution No. 08/2022, which establishes the political-pedagogical and curricular guidelines of the Municipal Education Network of Bragança, followed by analysis of discursive statements based on the Discourse Genres of Mikhail Bakhtin's Circle. The results indicate that, although the municipal documents show progress in recognizing the child as a subject of rights and in incorporating principles of anti-racist education, silences persist regarding the specificities of Black children; the Municipal Policy for Early Childhood Education has been gradually incorporating statements that affirm identities, memories, and belonging, aligning itself with national legislation and reinterpreting it in dialogue with the Amazonian reality. It is concluded that the implementation of emancipatory educational policies for Black children requires the strengthening of contextualized pedagogical practices, the valuing of the knowledge and cultures of Black childhoods, and an ethical-political commitment to anti-racist education.

Keywords: Black Children; Early Childhood Education; Educational Policy.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo a Política Municipal de Educação Infantil para as crianças negras em Bragança (PA). A opção pelo tema parte da problematização da presença de crianças negras em textos político-pedagógicos da

¹ Concluinte do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação (FACED). E-mail: eduardamelo0719@gmail.com.

² Técnico em Gestão Social em Pedagogia pela Fundação ParáPaz; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialista em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Licenciado em Pedagogia pela UFPA. E-mail: matheuscorrea@ufpa.br.

Rede Municipal de Educação de Bragança (PA), sobretudo os promulgados pelo Conselho Municipal de Educação de Bragança (CMEB).

A relevância acadêmica se constitui na ampliação de pesquisas científicas sobre Políticas Municipais de Educação e Estudos sobre Infâncias Negras na Amazônia, principalmente ao apontar a presença do racismo em vivências escolares de crianças negras e contextualização de estratégias antirracistas em projetos políticos e pedagógicos de transformação social. Corroboramos com Corrêa (2022) e Corrêa e Santos (2024) ao afirmarem que há uma lacuna na produção do conhecimento científico sobre *Política Educacional*, da *Infância Negra* e do *Práticas Antirracistas*, sobretudo na grande área da Educação.

Nesse sentido, em Estado do Conhecimento³ desenvolvido em artigos científicos disponíveis na plataforma Periódicos Capes (<https://www.periodicos.capes.gov.br>) com os descritores *Política Educacional*, *Infâncias Negras* e *Crianças Negras*, no recorte temporal de 2016 a 2023, não foram localizadas pesquisas que abordem diretamente a temática proposta, evidenciando uma lacuna no campo do conhecimento referente às Políticas Municipais de Educação voltadas às Infâncias negras no cenário da Educação Infantil brasileira.

Quanto à relevância social, contribui para pensarmos as crianças negras como presença política, pedagógica e existencial em textos legislativos no âmbito da Rede Municipal de Bragança (PA). No cerne da Educação Infantil, possibilita a identificação de discursividades sobre crianças negras como sujeitos históricos e culturais, com uma base política e pedagógica de garantia à infância plena, ao reconhecimento de identidades raciais e vivências que respeitem e valorizem seus saberes e experiências cotidianas.

A relevância pessoal está consubstanciada no compromisso político e ético com crianças negras no contexto da Educação Infantil, delineado em torno dos princípios do cuidar e do educar na prática docente, além da responsabilidade

³ Estado do Conhecimento é uma perspectiva teórico-metodológica de investigação científica, dedicada ao levantamento de trabalhos científicos, identificação de pesquisas a respeito da temática, análise do estágio atual de conhecimentos produzidos e proposições de novos caminhos para pesquisa científica (Morosini; Fernandes, 2014; Corrêa *et al*, 2023).

⁵ A primeira infância corresponde ao período que vai do nascimento até os seis anos de idade. Mais do que um recorte etário, o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) a define como uma fase fundamental da vida, marcada pela formação das bases do desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança, momento em que se consolidam vínculos afetivos, aprendizagens essenciais e condições para o exercício da cidadania. Por isso, o PNPI a compreende como etapa que deve ser vivida em sua plenitude, com absoluta prioridade na efetivação de direitos e no reconhecimento da diversidade de infância (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020).

pedagógica assumida com a Educação Antirracista para reconhecimento e valorização das crianças e infâncias negras como categoria social, permanente e étnico-racial no processo de escolarização básica.

Três conceitos são importantes para a fundamentação desta pesquisa, quais sejam: Política Educacional, Crianças e Infâncias Negras e Educação Infantil. A política educacional se estabelece em planos, leis e ações organizadas pelo poder público para orientar ações escolares e educacionais, com vistas a melhoria da Educação ofertada (Ney, 2008). Nesse cenário, as Políticas Municipais de Educação envolvem programas, projetos, resoluções e legislações assentadas em um pensamento político-pedagógico direcionado a Educação de crianças negras na etapa da Educação Infantil contextualizada a Amazônia bragantina.

No bojo das políticas educacionais municipais, o processo de elaboração tem se caracterizado por uma reprodução de normatizações nacionais e regionais, sem a devida territorialização e atendimento a demandas regionais da população, principalmente as crianças negras em processo inicial de escolarização. De acordo com Carmo e Prazeres (2015, p. 533) “[...] não são levadas em consideração os aspectos regionais, com suas especificidades, gerados no processo de implementação [...]”, ampliado aos processos de realização interativa e avaliação para adequação às necessidades desse grupo social na Educação Infantil.

A etapa da Educação Infantil, na Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na Resolução CNE/CEB nº 5/2009 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), se configura como primeira etapa da Educação Básica, dedicada ao desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, em aspectos físico, emocional, intelectual, linguístico e social, sendo formação promovida pela família e a sociedade em regime de colaboração.

Além disso, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil propõe uma nova forma de compreender a infância, reconhecendo a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade (BRASIL, 2009, p. 13).

Desse modo, as crianças pequenas não apenas assimilam influências externas, mas também constroem sentidos e significados próprios a partir de suas experiências, interações e vivências. Elas elaboram interpretações do mundo que as

cerca, contribuindo ativamente para os processos de aprendizagem e para a constituição de culturas inerentes às infâncias negras.

A respeito do conceito de crianças negras, as compreendemos como sujeitos históricos e políticos que vivenciam suas infâncias de maneira contextualizada, marcadas por múltiplas experiências de pertença étnico-racial e afetiva, as quais introjetam mecanismos de resistência e enfrentamento ao racismo estrutural por meio de sociabilidades. Distante de uma visão global e uniforme das crianças negras, ela faz parte de um universo diversificado, construído nas interseções entre raça, território, classe, cultura, geração e gênero.

Segundo Corrêa (2022), as crianças negras constroem saberes e culturas a partir de suas experiências no território amazônico, sendo protagonistas na produção de representações sociais e discursos que expressam tanto a dor da exclusão quanto a potência da identidade negra. Elas vivenciam infâncias atravessadas por invisibilidades históricas, desigualdade educacional e práticas discriminatórias, mas também se afirmam na reelaboração criativa de seus cotidianos, com formas de ler o mundo que desafiam o *adultocentrismo* e o silenciamento epistemológico.

Salienta-se que as crianças negras formam a categoria social intitulada infância negra, sendo “[...] partícipes da construção de si, do mundo e da vida coletiva” (Damião; Dias; Reis, 2020, p. 8). As infâncias negras são estruturadas por relações étnico-raciais inerentes aos saberes, linguagens, identidades, modos de ser e viver das crianças negras, sendo influenciadas por discursos e práticas racistas e antirracistas em espaços de experiência diversificados.

Essa categoria social, no cerne das políticas públicas educacionais, deve ser compreendida como um conjunto de sujeitos de direitos, com implicações de escuta, acolhimento de vivências e legitimação de saberes para combate à práticas institucionais racistas. Como indicam os documentos normativos analisados por Corrêa e Santos (2023), é dever do Estado garantir uma Educação Antirracista que promova o reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras, valorize a ancestralidade e fortaleça a identidade étnico-racial desde a infância, especialmente nas escolas do campo e quilombolas.

Por isso, pensar a criança negra é também refletir sobre as infâncias negras em sua pluralidade, respeitando suas identidades e contextos socioculturais diversos, principalmente em regiões como a Amazônia, onde se entrelaçam múltiplas culturas, territórios e formas de viver. Assim, não se pode reduzir a infância negra a uma única

vivência, pois ela é composta por distintas experiências sociais, familiares e educativas, que são constantemente reelaboradas.

Diante disso, definimos como questão-problema de pesquisa: Qual a enunciação discursiva sobre crianças negras na Política Municipal de Educação Infantil em Bragança (PA)? Quanto às questões norteadoras, tem-se: Que ações normativas perfazem a Política Educacional direcionada às crianças negras na Educação Infantil? Qual o lugar das infâncias negras na Política de Educação Infantil em Bragança (PA)? Como os princípios éticos, políticos e estéticos estão contextualizados às infâncias negras na Política Educacional Municipal?

Sendo assim, tem-se como objetivo geral discutir sobre a Política Municipal de Educação Infantil para as crianças negras em Bragança (PA). Quanto aos objetivos específicos, delimitamos: (1) identificar ações normativas para abordagem das crianças negras na Política Municipal de Educação Infantil; (2) destacar enunciados que versam sobre crianças negras em documentos legais da Rede Municipal de Educação de Bragança (PA); (3) refletir sobre sentidos e significados atribuídos às crianças negras no contexto da Educação Infantil.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Fundamentada em abordagem qualitativa, esta pesquisa compreende a Política Municipal de Educação Infantil direcionada às crianças negras em Bragança (PA), pois permite interpretar os dados à luz de relações sociais, culturais e históricas que atravessam as produções discursivas e normativas, conforme defendem Ludke e André (2013) e Flick (2009).

Para tanto, realizamos pesquisa documental no site do CMEB (<https://braganca.pa.gov.br/cmeb>), uma vez que essa instituição media processos de elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas municipais de Educação Infantil contextualizadas as vivências de crianças negras. A pesquisa documental é uma técnica de coleta de dados que se fundamenta na análise de materiais já existentes, os quais, segundo Lakatos e Marconi (2003), não devem ser compreendidos como registros neutros, mas como construções sociais que expressam valores, interesses e circunstâncias históricas de sua produção.

A seleção de fontes documentais foi orientada pelos seguintes critérios: (a) *relevância temática*, com inclusão de documentos que abordam às crianças negras

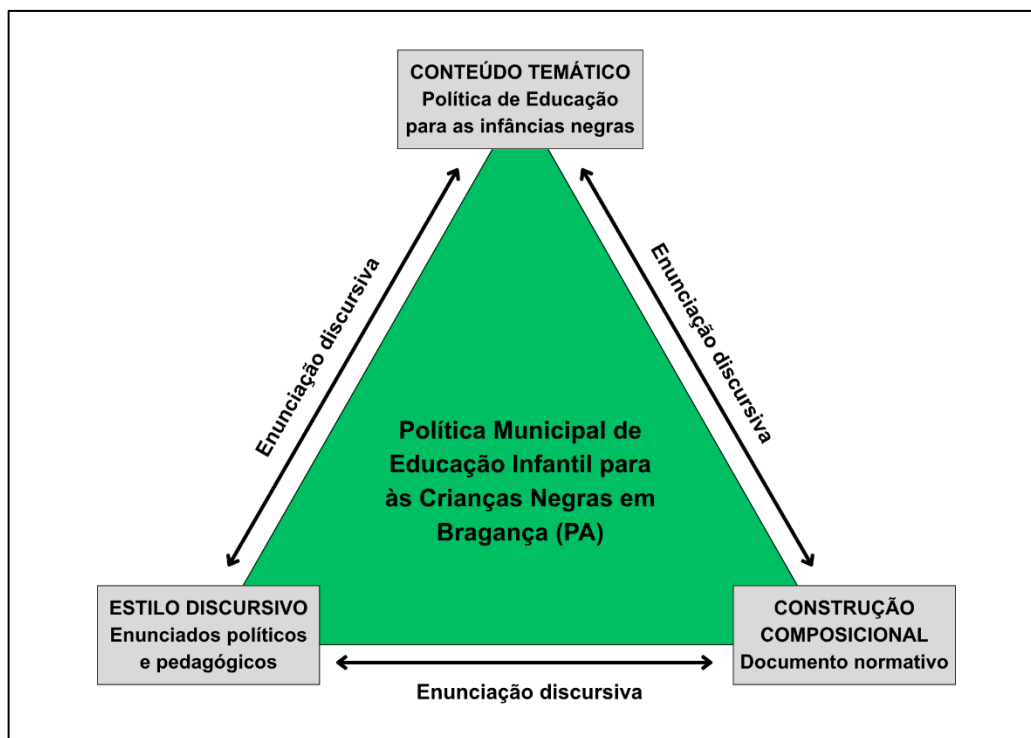
na Educação Infantil; (b) *autoridade institucional*, em textos emitidos por órgãos responsáveis pela formulação, normatização ou implementação de políticas educacionais no município de Bragança (PA); (c) *valor enunciativo*, pela presença de discursos que permitam identificar sentidos atribuídos as crianças negras no contexto bragantino.

Nesse sentido, optamos pela análise interpretativa da Resolução CMEB nº 8/2022 que institui às Diretrizes Político-Pedagógicas e Curriculares da Rede Municipal de Educação de Bragança (PA), especialmente os capítulos que tratam dos princípios éticos, políticos e estéticos e o lugar das crianças negras na Educação Infantil da Amazônia bragantina. Nesse cenário, a análise interpretativa envolve disputas de significado e marcas do contexto em que tais documentos foram elaborados, pois reconhece que textos normativos constroem e sustentam discursos sobre crianças negras em relações políticas e práticas pedagógicas ocorrentes em espaços escolares estatais.

Os procedimentos analíticos se fundamentam nos Gêneros do Discurso, estabelecido pelo Círculo de Bakhtin (2016) como enunciados dialógicos que expressam relações de poder, intencionalidades e posicionamentos sociais. Nesse sentido, os documentos normativos são considerados gêneros discursivos secundários, caracterizados como produções textuais eminentemente complexas, inseridas em contextos determinados e voltados à regulação de práticas pedagógicas e curriculares com crianças negras na Educação Infantil.

Na figura 1 apresentamos o campo discursivo de estudo, estruturado em conteúdo temático, estilo discursivo e construção composicional atinentes à Política Municipal de Educação Infantil para às crianças negras na Escola Bragantina.

Figura 1: campo discursivo do estudo.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

De acordo com o pensamento de Bakhtin (1975), todo enunciado é uma unidade da comunicação discursiva e deve ser compreendido a partir de seu caráter concreto, histórico e social, cada enunciado se insere em uma cadeia de comunicação, respondendo a outros enunciados e sendo, por sua vez, objeto de novas respostas. Consequentemente, documentos normativos que se referem às crianças negras podem ser lidos como gêneros do discurso situados entre contextos políticos e pedagógicos, pois possuem estilos, valores e propósitos singulares a comunicação discursiva e a prática social.

Desse modo, a Política Municipal de Educação Infantil para às Crianças Negras em Bragança (PA) se configura como um gênero discursivo secundário composto textualmente pelo conteúdo temático (Política de Educação para às infâncias negras), com construção composicional consubstanciada em documento normativo (Resolução CMEB nº 08/2022) e estilo discursivo (enunciados políticos e pedagógicos presentes no documento).

Logo, serão realizados os seguintes procedimentos analíticos: (1) identificação das infâncias negras como conteúdo temático nos documentos normativos, por meio de fichamento de resumo crítico; (2) destaque de estilos enunciativos caracterizados pelos discursos políticos e pedagógicos concernentes às infâncias negras no contexto

da Educação Infantil; (3) construção composicional de (in)visibilidade das crianças negras no campo da Política Municipal de Educação Infantil.

3. (IN)VISIBILIDADE SOBRE CRIANÇAS NEGRAS NA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BRAGANÇA (PA)

Esta seção trata da (in)visibilidade sobre as crianças negras na Política Municipal de Educação Infantil em Bragança (PA). Desse modo, são apresentados aspectos concernentes ao currículo emancipatório e o lugar das infâncias negras nas diretrizes político-pedagógicas e curriculares da Escola Bragantina.

3.1. O Lugar das infâncias e da Educação infantil na Amazônia Bragantina

Compreender as infâncias e a Educação Infantil na Amazônia bragantina permeia territorialidades e grupos populacionais que perfazem as regiões camponesas e citadinas de Bragança (PA), como a presença indígena, negra e ribeirinha, constituindo um espaço singular de produção de sentidos sobre infância e Educação. O território bragantino, ao mesmo tempo em que traduz prescrições nacionais, também ressignifica os discursos pedagógicos e políticos a partir de sua história local e de suas identidades culturais.

A construção coletiva do currículo municipal pode ser vista como uma resposta local às legislações nacionais. A BNCC (2017), ao definir os seis direitos de aprendizagem conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se reflete, em parte, orientações já presentes na proposta bragantina (BRAGANÇA, 2022).

Contudo, ao não incorporar explicitamente a equidade racial, corre o risco de não heterogeneizar experiências étnico-raciais e, conseqüentemente, de reiterar silenciamentos históricos sobre a presença e a contribuição das populações negras, indígenas e ribeirinhas no território. Esse apagamento contradiz o princípio de integralidade da Educação Infantil, pois desconsidera que a criança se constitui em interação com seu meio social, cultural e histórico (Sarmiento, 2005; Corsaro, 2011).

Nessa perspectiva, reconhecer as infâncias amazônicas, em suas especificidades, implica compreender que não se trata apenas de garantir direitos formais, mas de construir práticas pedagógicas situadas, que visibilizem as marcas de pertencimento, identidade e memória coletiva. Em contraposição, a proposta local

insiste em reafirmar a infância como experiência única, atravessada pelas especificidades da Amazônia Bragantina e das crianças negras e quilombolas que a constituem.

Observa-se um movimento dialógico: o currículo local não rejeita a BNCC, mas a reinscreve em sua realidade, valorizando as infâncias amazônicas em sua diversidade. Esse gesto de apropriação constitui uma forma de resistência discursiva, em que a norma nacional é respondida pelo enunciado municipal, marcado pela presença das comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e negras.

As infâncias negras são atravessadas por discursos ideológicos e políticos em tensão constante. De um lado, os discursos hegemônicos, ancorados em uma racionalidade colonial e eurocêntrica, negaram historicamente a condição de infância às crianças negras, reduzindo-as à exploração e ao silenciamento cultural (Santiago; Souza, 2020). De outro, emergem discursos contra hegemônicos, oriundos das lutas do movimento negro e de práticas pedagógicas emancipatórias, que afirmam reconhecimento, pertencimento e equidade racial.

Como lembra Gomes (2017, p. 23), “a luta pela educação escolar dos negros e negras sempre foi também uma luta por reconhecimento, identidade e pertencimento”. Assim, as infâncias negras se constituem nesse campo de disputas, entre a invisibilização produzida por políticas universalistas e a resistência que valoriza memórias, identidades e culturas.

Desse modo, a Educação Infantil na Amazônia Bragantina assume um lugar singular: espaço em que infância, território e identidade se entrelaçam. Ao articular princípios emancipatórios com as DCNEI e a BNCC, a proposta curricular de Bragança (PA) não apenas cumpre prescrições legais, mas cria condições para que as crianças especialmente as negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas vivenciem a infância em sua plenitude, como tempo de brincar, aprender, sonhar e afirmar sua pertença cultural.

3.2. Currículo emancipatório: princípios éticos, políticos e estéticos

Esta subseção sublinha a seção *Currículo emancipatório: princípios éticos, políticos e estéticos* da Resolução CMEB nº 1/2022. O trecho analisado dispõe da diversidade cultural e territorial da região amazônica, com defesa de propostas pedagógicas emancipatórias em consonância a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), ao Documento Curricular do Estado do Pará e a Escola Bragantina como política territorializada e direcionada às crianças negras.

O documento político-curricular, em perspectiva emancipatória, é aquele que possibilita aos sujeitos uma tomada de consciência sobre fatores que condicionam sua existência e, a partir desses, contribui para caminhar inclusivos, democráticos e participativos. De acordo com Freire (1967, p. 39), o sujeito “[...] ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo. Estar *com* o mundo resulta de sua abertura a realidade, que o faz ser o ente de relações que é”.

As relações sociais contribuem para pensarmos um currículo emancipatório que propicia “[...] o desenvolvimento da consciência social, que permita a educandos e educadores perceberem-se como socialmente condicionados, mas que possam perceber-se como sujeitos que podem intervir na realidade [...]” (Pereira; Silva, 1985, p. 187). Desse modo, consubstancia práticas políticas e pedagógicas pelo pensamento emancipatório, o qual rompe com estruturas condicionantes por meio da intervenção educativa da realidade em atos curriculares.

Nesse contexto, é necessário que o currículo contemple práticas antirracistas, reconheçam os saberes, culturas e histórias das crianças negras, garantindo identidade, pertencimento e protagonismo desde os primeiros anos da escolarização. De acordo com Santos (2018, p. 7):

[...] as práticas pedagógicas antirracista necessitam ser inserido, no: projeto pedagógico, currículo escolar, planejamento de ensino, instrumentos didático-pedagógicos e, sobretudo nas brincadeiras e interações das crianças da Educação Infantil, pois podem contribuir para a construção da identidade positiva da criança negra e para subversão de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias.

Isso envolve a incorporação de práticas educativas e linguagens étnico-raciais que legitimem experiências históricas e culturais das infâncias negras, com a utilização de literatura infantil, músicas, brincadeiras e festas que reflitam a cultura afro-brasileira, contribuindo para a valorização da criança negra e rompimento de estereótipos. Esse movimento político e pedagógico-curricular contribui para a efetivação de uma “[...] educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática” (BRASIL, 2004, p. 31)

A Política Municipal de Educação Infantil para as crianças negras, na forma da Resolução nº 008/2022, evidencia enunciados da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC) concernentes aos campos de experiência na infância e direitos de aprendizagem. Sendo assim, são desvelados enunciados reapropriados, ressignificados e tensionados ao contexto regional, com abordagem às crianças negras presentes na Amazônia bragantina.

O campo da política educacional contextualizado às crianças negras na Educação Infantil se revela como um “[...] fenômeno social constituído no seio de enunciações discursivas e tessituras político-pedagógicas [...]” (Corrêa; Santos, 2024). Enquanto produções oficiais, ela não apenas estabelece normas, mas também é atravessa por múltiplas vozes que disputam sentidos sobre quem é reconhecido como sujeito de direitos, evidenciando as tensões entre a universalidade das políticas educacionais e a singularidade das crianças negras

De acordo com Bakhtin (2016) as enunciações discursivas emergem em esferas institucionalizadas e complexas, reelaborando vozes e práticas cotidianas, incorporando intencionalidades sociais, ideológicas e culturais. Nesse sentido, as enunciações discursivas são compostas por intencionalidades universalistas e contextuais referentes aos princípios políticos, éticos e estéticos pensados ao processo de ensino e aprendizagem de crianças negras.

Como apontam Gomes e Araújo (2016) e Jovino (2015), as políticas universalistas brasileiras, ao partirem de uma noção homogênea de infância, invisibilizaram historicamente as especificidades das crianças negras, seja no reconhecimento de suas culturas, ou na valorização de suas trajetórias marcadas por desigualdades. Na Escola Bragantina, essa divergência se acentua pelo fato de a região abrigar comunidades quilombolas e ribeirinhas, cujas infâncias carregam marcas da exclusão estrutural, mas também da resistência cultural.

Nesse sentido, Corrêa (2022) afirma que, embora as crianças negras sejam maioria na Amazônia paraense, elas permanecem invisibilizadas nos registros oficiais em Bragança. Conforme os dados apresentados pelo autor, 74,99% das matrículas da Educação Básica em 2019 não declararam cor/raça, o que dificulta a formulação de políticas específicas e reforça a marginalização institucional dessas crianças.

Desse modo, a análise revela que a política curricular educacional em Bragança (PA) se configura como um campo de disputa enunciativa, no qual coexistem, de um lado, discursos normativos que universalizam a infância e, de outro, enunciados que buscam afirmar a infância negra como categoria política e social. Reconhecer as crianças negras como sujeitos de direitos, produtores de saberes e de

culturas próprias é condição essencial para que a Educação Infantil se constitua como prática efetivamente antirracista, rompendo com os silêncios que, por décadas, marcaram os documentos educacionais no Brasil.

A proposta bragantina assumiu como horizonte um currículo emancipatório, articulando-se às DCNEI (2009) e antecipando alguns diálogos com a BNCC (2017). Nessa conjuntura da Educação Infantil, uma política emancipatória diz respeito a práticas curriculares e pedagógicas que se orientam pelo reconhecimento da criança como sujeito de direitos, valorizando suas experiências, culturas e modos de existir em suas múltiplas dimensões.

Em Bragança (PA), essa perspectiva rompe com o caráter assistencialista e disciplinador historicamente atribuído Educação Infantil, assumindo o compromisso de afirmar um currículo que dialogue com as DCNEI (2009), e que antecipe debates consolidados pela BNCC (2017). Trata-se de uma política educacional que busca resistir à homogeneização imposta por padrões nacionais, reafirmando a importância de um currículo contextualizado, que considere a realidade amazônica e, em especial, das crianças negras.

Nesse sentido, a política educacional emancipatória implica não apenas garantir o acesso à escola, mas enfrentar desigualdades históricas, ampliar o protagonismo das crianças negras e construir uma educação comprometida com a justiça social, com a valorização das diferenças e com a produção de condições para que a infância seja vivida de forma plena. Esse movimento formativo e pedagógico, necessário às atitudes e textos políticos, pode contribuir para o enfrentamento a crise de participação social por meio de uma “[...] cidadania democrática, responsável e solidária ou – em outras palavras – recuperando o verdadeiro valor da política” (Santomé, 2013, p. 316), instalada também nos currículos educacional e escolar.

Os princípios éticos, políticos e estéticos se revelam como estruturas que constituem a Política Municipal de Educação Infantil em Bragança (PA). Contudo, são enunciados discursivos que não contemplam indiretamente às crianças negras, sendo necessária a explicitação de estratégias antirracistas para valorização e reconhecimento das infâncias negras na Escola Bragantina, conforme excerto a seguir:

Éticos: valorização da diversidade, da vida e das tradições culturais locais; Políticos: garantia do direito de todas as crianças aprenderem sem discriminação, com formação crítica e participativa; Estéticos: reconhecimento da singularidade da criança amazônica e a promoção de

experiências sensoriais, corporais e criativas que garanta o direito de todas as crianças aprenderem sem discriminação, e dialoguem com a riqueza natural e cultural do território (CMEB, 2022, p. 28)

Ao serem contextualizados na Amazônia bragantina, esses princípios assumem papel significativo às infâncias das crianças negras, pois são caminhos para materialização de demandas históricas, culturais e identitárias desse grupo social na Educação Infantil. Tais ponderações comungam com o compromisso de propostas pedagógicas da Educação Infantil garantirem a função sociopolítica de instituições educativas, com oferecimento de condições e recursos para as crianças usufruírem de direitos civis, humanos e sociais, ou seja, a cidadania na infância (BRASIL, 2009).

No conjunto de aspectos referentes a Educação Infantil, destaca-se a valorização da diversidade étnico-racial, combate a discriminações raciais e promoção de experiências sensoriais, corporais e criativas como garantia de aprendizagens no território. Nesse sentido, as crianças negras devem ser reconhecidas em suas singularidades territoriais da Escola Bragantina – citadina, camponesa, costeira, quilombola, extrativista, ribeirinha – e diferença identitária consubstanciada em relações sociais escolares que precisam ser contempladas pela política educacional.

Esses princípios não apenas organizam o currículo, mas também produzem sentidos sobre quem são as crianças negras, quais direitos lhes são assegurados e, de que forma suas identidades são legitimadas no espaço escolar. Compreender a Educação Infantil na Escola Bragantina, portanto, implica também entender como tais princípios podem tanto reforçar silêncios, quanto abrir possibilidades de construção de políticas públicas efetivamente emancipatórias para as crianças negras da região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discute sobre a Política Municipal de Educação Infantil para as crianças negras em Bragança (PA). Na oportunidade foram identificadas ações normativas para abordagem das crianças negras na Política Municipal de Educação Infantil, bem como destaque de enunciados discursivos em documentos legais e reflexões de sentidos e significados atribuídos a essa categoria social e permanente no contexto da Educação Infantil em Bragança (PA).

Há presença de um processo de (in)visibilidade sobre crianças negras no texto da Política Municipal de Educação Infantil em Bragança (PA), com referência ao

currículo emancipatório e lugar das infâncias negras em diretrizes político-pedagógicas e curriculares da Escola Bragantina.

No cerne ao lugar das infâncias e da Educação Infantil no recorte textual e político analisado, evidencia-se a necessidade de presença de enunciados discursivos referentes a equidade racial, identidade étnico-racial, reconhecimento e valorização da criança negra em processo inicial de escolarização. A constituição de Grupos de Discussão sobre Crianças Negras na Educação Infantil e garantia de participação desse grupo social na constituição da política municipal de Educação Básica são caminhos possíveis para superação de lacunas discursivas e atitudinais.

A respeito do currículo emancipatório consubstanciado em princípios éticos, políticos e estéticos, precisa-se que o texto da política educacional disponha, explicitamente, da valorização da diversidade étnico-racial, combate a discriminações raciais e promoção de experiências sensoriais, corporais e criativas como garantia de aprendizagens às crianças negras no território bragantino. Desse modo, contribuiria para uma valorização de culturas e saberes produzidas pelas infâncias negras em sociabilidades e práticas pedagógicas escolares.

A partir da perspectiva bakhtiniana, compreendeu-se que os documentos normativos constituem gêneros discursivos que expressam disputas de sentidos, tensionando concepções universalistas de infância e a afirmação da infância negra como categoria política e social. Essa leitura mostrou que a política educacional de Bragança (PA) dialoga com diretrizes nacionais, mas também se abre a processos de ressignificação local, sobretudo diante da realidade amazônica marcada por comunidades quilombolas, ribeirinhas e periféricas.

Constatou-se que, no campo da Educação Infantil, a criança negra ainda enfrenta invisibilidades históricas, porém emergem enunciados que buscam reposicioná-la como sujeito de direitos e saberes, integrante de territórios de resistência. Esse movimento demonstra a relevância de políticas educacionais comprometidas com a equidade racial, com vistas a romper silêncios e consolidar práticas antirracistas.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2025.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

BRASIL. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009b

CARMO, Eraldo Souza; PRAZERES, Maria Sueli Corrêa. Políticas educacionais para a Amazônia: teorias, práticas e contradições. **Revista Brasileira de Planejamento e Administração Educacional**, v. 31, n. 33, p. 531-543, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60010/37017>. Acesso em: 26 out. 2025

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRAGANÇA. **Diretrizes Político-Pedagógicas e Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Bragança**. Aprovado pela Resolução nº 008/2022 – CMEB/PA, publicada em 23 mar. 2022. Bragança: SEMED, 2022.

CORRÊA, A. M. R.; SANTOS, R. A. Políticas Educacionais Antirracistas e Infâncias Negras: Enunciações Discursivas no Conselho Municipal de Educação de Bragança, Pará, Brasil (2017-2023). REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA PROGRESSO DA CIÊNCIA, 76, 2024. **Anais [...]**. Belém: SBPC, 2024. Disponível em: https://reunioes.sbpcnet.org.br/76RA/inscritos/resumos/2016_14912d47d02b9d10150c08f495623a171.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

CORRÊA, A. M. R. **Representações sociais de crianças negras sobre a [in]visibilidade negra em pesquisas científicas na Amazônia brasileira (2006-2021)**. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2022.

CORRÊA, A. M. R.; SANTOS, R. A. Representações sociais de crianças negras sobre saberes culturais em pesquisas na Amazônia Brasileira (2011-2021). In: SOUZA, A. P. V; HAGE, S. A. M. (Orgs.). **Teorias do conhecimento em diálogo interdisciplinar com pesquisas do mestrado do PPLSA**. Curitiba: CRV, 2023. p. 33-53.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAMIÃO, F. J; DIAS, L. R; REIS, M. C. G. Existência de crianças e infâncias negras: movimentos de um educar e pesquisar antirracista. **Revista ABPN**, v. 12, n. 33, p. 4-19, jun./ago. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, N. L; ARAÚJO, M. Infância, educação infantil e relações étnico- raciais: alguns pontos para pensar a infância de 0 a 5 anos. *In*. COELHO, W. N. B; OLIVEIRA, J. M. (Orgs.). **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. São Paulo: Livraria da Física, 2016. p. 189-242.

GOMES, N. L. Políticas públicas para a diversidade. **Sapere Aude**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 7-19, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2017v8n15p7>.

JOVINO, I. S. Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 250-264, 2015.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 19 set. 2025.

NEY, A. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2008.

PEREIRA, S. A; SILVA, A. F. G. O currículo na perspectiva emancipatória Freireana: uma análise da Matriz Curricular da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, SP. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 185-202, 2018.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Plano Nacional pela Primeira Infância**: 2010-2022; 2020-2030. 2. ed. Brasília: RNPI/ANDI, 2020.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Tróia da educação. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARMENTO, M. J. A invenção do ofício de criança e de aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2819/1825>.